



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO(14208) Nº 0600132-42.2023.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO (14208) - 0600132-42.2023.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador NEY COSTA ALCANTARA DE OLIVEIRA

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

REQUERIDO: DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA EM ALAGOAS - PCO, RUI COSTA PIMENTA, HENRIQUE AREAS DE ARAUJO, PARTIDO DA CAUSA OPERARIA

EMENTA

REPRESENTAÇÃO. SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO ESTADUAL. PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO/AL). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. CITAÇÃO REGULAR. NÃO APRESENTAÇÃO DE DEFESA PELO PARTIDO REPRESENTADO. ASSEGURADO O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIA E DA AMPLA DEFESA. NÃO SUPRIDA A OMISSÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA RESOLUÇÃO DO TSE Nº 23.571/2018. PROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DO REPASSE DE NOVAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO ATÉ A REGULARIZAÇÃO DAS CONTAS.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em JULGAR PROCEDENTE o pedido para determinar a suspensão da anotação do Órgão Estadual em Alagoas do PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO/AL), nos termos do art. 54-A, inciso II, da Resolução TSE nº 23.571/2018, em razão do julgamento de suas contas referentes ao exercício financeiro de 2019 como não prestadas, mantendo-se a determinação de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário até a regularização das contas perante a Justiça Eleitoral, facultada ao partido a regularização das contas não prestadas (§ 1º, do art. 80, da Resolução TSE nº 23.607/2019), conforme voto do Relator.

Maceió, 08/03/2024

Desembargador Eleitoral NEY COSTA ALCANTARA DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

-

Trata-se de REPRESENTAÇÃO PARA SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO ESTADUAL ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em desfavor do Diretório Regional em Alagoas do PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO/AL), representado por VICTOR MAFRA TORRES BRASILEIRO.

Segundo o representante, a Notícia de Fato que subsidia a presente ação foi instaurada com o objetivo de colher informações necessárias para fins de ajuizamento das ações para se obter a suspensão da anotação de órgãos partidários que tiveram decisões que julgaram não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral.

Assevera que apurou-se que o PCO/AL teve suas contas anuais relativas ao exercício financeiro de 2019 julgadas não prestadas, conforme processo nº 0600006-60.2021.6.02.0000, anexado à exordial.

Sustenta que, em decorrência, a consequência automática da declaração das contas como não prestadas, no caso de partido, deveria ser a suspensão do registro ou da anotação do órgão de direção estadual ou municipal. Contudo, na ADIN 6032, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, foi assegurado que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, nos termos do *art. 28, da Lei 9.096/1995*.

Argumenta que, como consequência inafastável da inadimplência, haja vista que é obrigação da agremiação apresentar suas contas anuais e de campanha, restou ao representante ingressar com a presente Representação visando suspender o diretório regional omissor, sobretudo considerando que o PCO/AL até o presente momento não ingressou com pedido de regularização da prestação de contas.

Requeru a citação do partido representado, a fim de que apresentasse defesa no prazo legal, e que, ao final, a presente Representação seja julgada procedente.

Por meio da certidão Id 10035165, foi informado que o órgão estadual em Alagoas do PCO está suspenso por não informar o número do CNPJ no prazo de 30 (trinta) dias da anotação, motivo pelo qual o legitimado passivo passa a ser o Órgão Nacional do PCO, nos termos dos *artigos 54-N, § 7º, e 54-P c/c art. 54-G, todos da Resolução TSE nº 23.571/2018*.

Regularmente citado na pessoa do seu representante legal (Henrique Áreas de Araújo - Tesoureiro - Id 10072276), o Órgão de Direção Nacional do PCO não se manifestou.

Era o que havia de importante para relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores, conforme relatado, o Ministério Público Eleitoral ajuizou a presente ação de Suspensão de Anotação de Órgão Partidário em face do Diretório Estadual em Alagoas do PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO/AL), tendo em vista que as contas anuais daquele grêmio, relativas ao exercício financeiro de 2019, foram julgadas não prestadas por este Tribunal, nos autos do processo PC nº 0600006-60.2021.6.02.0000. Registre-se que naquele processo consta que a decisão deste Colegiado (Acórdão TRE/AL Id 8362663) transitou em julgado em 19 de maio de 2021 (conforme certidão Id 8412813).

Na hipótese dos autos, verifica-se que a petição inicial reúne os requisitos para sua admissibilidade (*Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 54-N, §§ 1º, 2º, 6º, 7º e 8º*), motivo pelo qual conheço do pedido.

Da análise do processo, verifica-se que, por meio da certidão Id 10035165, foi informado que o órgão estadual em Alagoas do PCO está suspenso por não informar o número do CNPJ no prazo de 30 (trinta) dias da anotação, motivo pelo qual o legitimado passivo passa a ser o Órgão Nacional do PCO, nos termos dos *artigos 54-N, § 7º, e 54-P c/c art. 54-G, todos da Resolução TSE nº 23.571/2018*.

Contudo, apesar de regularmente citado na pessoa do seu representante legal (Henrique Áreas de Araújo - Tesoureiro - Id 10072276), o Órgão de Direção Nacional do PCO não apresentou defesa e, até o presente momento, não houve o ingresso de pedido de regularização das contas por parte da agremiação, de forma que permanece a inadimplência.

A suspensão da anotação do órgão partidário regional deve observar o procedimento previsto nos *artigos 54-N e seguintes da Resolução TSE nº 23.571/2018*, podendo ser requerida à Justiça Eleitoral a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro e de campanha, enquanto perdurar a inadimplência.

Dessa forma, constata-se que se encontram presentes os requisitos para a suspensão da anotação de órgão partidário estadual do PCO/AL, quais sejam, julgamento de contas como não prestadas e não suprimento da inadimplência. Explico.

Dispõe o *art. 54-A, inciso II, da Resolução TSE nº 23.571/2018*, o seguinte:

Art. 54-A. Serão precedidos de processo regular, que assegure ampla defesa, nos termos do art. 28, § 1º, da

Lei nº 9.096/1995 e das disposições específicas do presente capítulo:

(...)

II - a suspensão da anotação de órgão partidário estadual, regional, municipal ou zonal, quando decorrente do trânsito em julgado da decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral (ADI nº 6032).

Por oportuno, cabe transcrever a ementa da decisão desta Corte, proferida nos autos do processo PC nº 0600006-60.2021.6.02.0000, da Relatoria do então Desembargador Eleitoral MAURICIO CESAR BREDA FILHO, que julgou não prestadas as contas do PCO/AL, referentes ao exercício financeiro de 2019. Observe-se:

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO). DIRETÓRIO ESTADUAL. INTIMAÇÃO DO PARTIDO E DOS DIRIGENTES. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DE NENHUMA MANIFESTAÇÃO. OMISSÃO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. PROIBIÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO ENQUANTO NÃO FOR REGULARIZADA A SITUAÇÃO DO GRÊMIO.

Importante consignar que a decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta ao partido político: a) a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário; e b) a suspensão do registro ou anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa, conforme decidido pelo egrégio Supremo Tribunal Federal na ADI nº 6032, da Relatoria do Ministro Gilmar Mendes (julgada em 05/12/2019, DJe 14/04/2020) e regulamentado pelo colendo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE nº 23.662/2021, DJe 03/12/2021).

No julgamento acima referido, o egrégio STF estabeleceu a impossibilidade da suspensão automática dos diretórios dos partidos políticos diante de acórdão que julgar contas não prestadas, entendendo ser necessário o fornecimento do devido processo legal em demanda própria, para que a referida sanção suspensiva fosse efetivamente aplicada.

Nesse sentido, observa-se que o representante comprovou que o partido representado teve suas contas referentes ao exercício financeiro de 2019 julgadas não prestadas. Além disso, observa-se que, apesar de regularmente citado, o PCO não apresentou sua defesa, abdicando do seu direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa. Ademais, até o presente momento, não foi identificado o respectivo pedido de regularização das contas ora em discussão.

Nesse contexto, presentes os elementos para que se proceda à suspensão da anotação do órgão partidário estadual em Alagoas do PCO, a procedência do pedido é medida que se impõe, sem, todavia, impedimento para eventual apresentação do pedido de regularização de contas (*Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 54-A, inciso II; art. 54-R e art. 54-S; e Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 80 e § 1º*).

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para determinar a suspensão da anotação do Órgão

Estadual em Alagoas do PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO/AL), nos termos do *art. 54-A, inciso II, da Resolução TSE nº 23.571/2018*, em razão do julgamento de suas contas referentes ao exercício financeiro de 2019 como não prestadas, mantendo-se a determinação de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário até a regularização das contas perante a Justiça Eleitoral, facultada ao partido a regularização das contas não prestadas (§ 1º, do *art. 80, da Resolução TSE nº 23.607/2019*).

Por fim, determino que à Secretaria Judiciária que, após o trânsito em julgado desta decisão, promova o registro no SGIP da suspensão da anotação, conforme dispõe o *art. 54-R, da Resolução TSE nº 23.571/2018*.

É como voto.

Desembargador Eleitoral NEY COSTA ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

Relator